DENÚNCIAÇÃO CALÚNIOSA NOS CASOS DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL COM RELAÇÃO À ALIENAÇÃO PARENTAL

SLANDEROUS DENUNCIATION IN CASES OF RAPE OF A VULNERABLE PERSON IN RELATION TO PARENTAL ALIENATION

Yasmin Santos Coutinho

Acadêmica do Curso de Direito das Faculdades Integradas dos Campos Gerais - CESCAGE

Larissa Conti

Acadêmica do Curso de Direito das Faculdades Integradas dos Campos Gerais - CESCAGE

Luís Fernando Lopes de Oliveira

Professor Mestre do Curso de Direito das Faculdades Integradas dos Campos Gerais - CESCAGE

Resumo: Este artigo científico tem como objetivo analisar a denúncia caluniosa com influência da alienação parental nos casos de crime de estupro de vulnerável. A Alienação Parental refere-se à situação em que um dos genitores, o alienador, realiza campanhas desqualificadoras contra o outro genitor perante a criança, visando afastá-lo ou puni-lo. A problemática central abordada neste estudo diz respeito às consequências que surgem quando o genitor alienador faz falsas denúncias do outro genitor por crime de estupro de vulnerável, conforme previsto no artigo 217-A do Código Penal, (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). Além disso, busca-se compreender as implicações da Alienação Parental nos âmbitos jurídico, psicológico e social. Isso inclui não apenas o impacto na criança alienada e nos genitores envolvidos, mas também as repercussões na sociedade como um todo.

Palavras-chave: Alienação Parental, Estupro de Vulnerável, Denúnciação Caluniosa, Consequências, Falsas Memórias e Provas.

Abstract: This scientific article aims to analyze false accusations influenced by parental alienation in cases of child sexual abuse. Parental alienation refers to a situation where one of the parents, the alienating parent, engages in discrediting campaigns against the other parent in front of the child, with the goal of alienating or punishing them. The central issue addressed in this study concerns the consequences that arise when the alienating parent makes false accusations against the other parent for child sexual abuse, as defined in Article 217-A of the Penal Code (Included by Law No. 12,015 of 2009). Furthermore, the study seeks to understand the implications of parental alienation in legal, psychological, and social contexts. This includes not only the impact on the alienated child and the parents involved but also the repercussions on society as a whole.

Keywords: Parental Alienation, Rape of Vulnerable Individuals, False Accusation, Consequences, False Memories, and Evidence.

Sumário: Introdução 1. Estupro de Vulnerável 2. Denúnciação Caluniosa 3. Alienação Parental 4. Falsas Memórias 4.1. Provas 4.2. Consequências 4.3. Conclusão 5. Referencial Bibliográfico 6.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como temática central a denúncia caluniosa nos casos de estupro de vulnerável com a influência da alienação parental. O estudo busca analisar quais problemas são desencadeados com a falsa notícia do crime de estupro de vulnerável, tanto com base no acusado quanto com base na vítima, bem como no Estado, que mobiliza todos os seus métodos e recursos para analisar o que não passa de uma mentira.

A alienação parental é uma forma que um dos genitores encontra de prejudicar o outro, de afastá-lo da criança, de se "vingar", tendo como influência muitas vezes o término do relacionamento, a guarda, entre outros motivos. Já a síndrome da alienação parental é a modificação da percepção da criança em relação ao outro genitor, é uma interferência externa no subconsciente da criança, nos sentimentos e na perspectiva e compreensão dos fatos; ela faz com que a criança seja direcionada para criar falsas memórias, sentimentos e raiva. Existem síndromes de alienação de vários "graus", sendo a mais grave delas a de falsa acusação de estupro, do genitor em relação à criança.

Com os efeitos dessa síndrome, um dos grandes afetados é o vulnerável/criança, que está em fase de desenvolvimento e, por estar inserido neste conflito familiar, acaba desenvolvendo problemas psicológicos e ainda se afastando de seu genitor, por algo que acredita ter ocorrido.

Embora a alienação parental e esse afastamento entre o filho e o genitor desencadeiem vários problemas na relação entre os indivíduos, a problemática central do presente artigo são as falsas memórias que a alienação podem causar, sendo o objetivo do estudo analisar as principais consequências jurídicas e as provas processuais, e provar que realmente houve as falsas memórias e que não de fato tenha ocorrido o crime de estupro de vulnerável.

As falsas memórias nada mais são do que lembranças de eventos que nunca ocorreram ou que ocorreram, mas a criança enxerga os eventos de forma distorcida. Sendo as falsas memórias algo além de pensamentos dos próprios indivíduos podendo sofrer interferências externas, nas quais um terceiro está alimentando-as, o que acaba tornando realidade em seu pensamento, o fazendo pensar que ocorreu literalmente aquilo.

Portanto, faz-se necessário compreender primeiramente os conceitos de denúncia caluniosa e estupro de vulnerável. É necessário também conceituar a alienação parental e fazer a distinção da mesma com a Síndrome da Alienação Parental. Requer que seja analisado o quanto essa síndrome afeta os indivíduos que nela estão presentes e a aplicabilidade da Lei

12.318/2010 – Lei de Alienação Parental, como na questão das provas em que realmente existe a alienação parental e não se trata de um fato inverídico.

Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho, será utilizado o método dedutivo, aplicando através da dedução de dados e bibliografias, mostrando de que forma acontece, e as alternativas para o litígio.

DESENVOLVIMENTO

1 ESTUPRO DE VULNERÁVEL

A Lei 12.015/09, com sua atualização legislativa, introduziu o que hoje é conhecido como estupro de vulnerável, que passou a ter pena diferente. Vulnerável é aquele com até 14 anos de idade ou pessoas portadoras de enfermidade ou deficiência mental que não tenham discernimento para a prática do ato; a pessoa que, por qualquer outra causa, não consiga resistir é considerada vulnerável de acordo com o Código Penal, Art. 217-CP. Também pode ser considerada pessoa incapaz aquela que estiver embriagada ou drogada, e que não consiga discernir os fatos, mesmo que seja maior de 14 anos.

O STJ, em sede de recurso repetitivo, fixou a seguinte tese:

Para a caracterização do crime de estupro de vulnerável previsto no art. 217-A, caput, do Código Penal, basta que o agente tenha conjunção carnal ou pratique qualquer ato libidinoso com pessoa menor de 14 anos. O consentimento da vítima, sua eventual experiência sexual anterior ou a existência de relacionamento amoroso entre o agente e a vítima não afastam a ocorrência do crime. STJ. 3ª Seção. REsp 1.480.881-PI, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, julgado em 26/8/2015 (recurso repetitivo) (Info 568)

Para a configuração do crime, é dispensável o consentimento da vítima, uma vez que ela não tem idade nem capacidade para discernir o que está acontecendo; trata-se de uma pessoa vulnerável. Além disso, não se justifica quando a vítima já teve relações sexuais, argumento por vezes usado em defesas de estupradores.

Quando a denúncia de estupro de vulnerável chega às autoridades competentes, ela é tratada de forma sigilosa para preservar a integridade da vítima. O processo deve ocorrer sob sigredo de justiça, conforme o Art. 234-B do Código Penal. O processo é conduzido dessa forma para proteger a integridade da vítima e garantir sua privacidade. O sigredo de justiça

ajuda a evitar que essas pessoas sejam expostas desnecessariamente. Além disso, é utilizado para evitar interferências externas que possam atrapalhar as investigações, como a influência da mídia, por exemplo. Também serve em benefício do réu, uma vez que, durante a fase de investigação, ninguém é considerado culpado até que haja um trânsito em julgado.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, temos a Lei nº 13.431/2017, também conhecida como Lei da Escuta Protegida, que prevê medidas de proteção às vítimas de violências sexuais, como crianças e adolescentes. Ela prevê o sigilo das informações, bem como do processo, para que seja garantida a privacidade e segurança das mesmas. No mesmo sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que em seu artigo 143 também prevê que processos judiciais envolvendo crimes sexuais contra crianças e adolescentes devem tramitar em segredo de justiça, visando à proteção da vítima.

Nos casos de denúncias caluniosas de estupro de vulnerável na hipótese da alienação parental, o genitor enfrenta diversas consequências, abrangendo tanto aspectos psicológicos quanto financeiros e morais. Em alguns cenários, essas repercussões podem ser irreparáveis. Nas comunidades pequenas, mesmo quando os procedimentos judiciais são mantidos em sigilo, os rumores tendem a se disseminar, e a reputação do indivíduo, mesmo após ser comprovada sua inocência, dificilmente se recupera. Portanto, a prevenção da denúncia caluniosa torna-se crucial.

2 DENÚNCIAÇÃO CALUNIOSA

O crime de denúncia encontra-se prevista na legislação no artigo 339 do Código Penal, juntamente com a alteração dada pela Lei nº 14.110, de 2020, a qual dispõe:

Art. 339. Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.

A denúncia caluniosa tem como objetivo, através de mentiras, fazer com que alguém seja acusado de um delito que nunca cometeu, como forma de desonrar seu nome. Além disso, as falsas denúncias trazem diversos malefícios, tanto para a "vítima" quanto para o "réu", tendo em vista que nesse tipo de crime a palavra da vítima tem grande peso probatório.

O presente delito trata-se de um crime comum, em que qualquer pessoa pode cometê-lo. Ainda é um crime que atinge a honra e constitui um delito contra a administração da justiça, o que mobiliza todo o trâmite processual, suas diligências e seus custos para apurar o que não passa de uma mentira. Sua consumação ocorre a partir da instauração policial ou de um procedimento investigatório criminal.

O alienador, ao cometer o crime de denúncia caluniosa, está utilizando o Poder Judiciário como colaborador em sua vingança. Além disso, ao utilizar seu filho, que está neste âmbito familiar e judiciário, no qual, com a falsa denúncia de estupro, deverá se sujeitar a enfrentar problemas psicológicos e a ser submetido a exames de corpo de delito.

Conforme Carmésia Virginia Mesquita Silva descreve denúncia caluniosa como sendo:

A denúncia caluniosa é temática relevante no âmbito da alienação parental, na medida em que vislumbrada em muitas situações no Poder Judiciário. É conceituada no sentido de que o alienador que, na intenção de romper a relação entre a pessoa que não detém a guarda e a criança ou adolescente, utiliza o Poder Judiciário para promover campanha desmoralizante, por meio de falsas denúncias, inclusive em relação a abuso sexual. Salienta-se que essa conduta do alienador tem por objetivo convencer o juiz e os profissionais do caso, mas o principal foco é convencer o próprio filho de que o fato realmente existiu, por meio da implantação de falsas memórias (Silva, 2015, p. 38)

Sendo assim, além da vítima ser um dos genitores, tem como principal protagonista o filho dos indivíduos, que se torna a maior vítima de toda essa situação. Ele sofrerá com o afastamento do genitor por um bom tempo de sua vida, podendo até mesmo ocorrer o afastamento permanente. Além disso, por estar em fase de desenvolvimento, terá problemas psicológicos que poderão afetar sua vida ao longo de toda ela.

Na avaliação de crianças vítimas de falsas acusações de abuso sexual, visualiza-se as consequências dessa prática de alienação parental, em que os menores (sic) apresentam depressão infantil, ansiedade, transtorno de identidade, dupla personalidade, sentimento de culpa e insegurança. Ao longo do tempo, a criança passa a acreditar que realmente foi abusada e sentirá as consequências nos futuros relacionamentos (Calçada, 2015, p. 75).

As consequências da alienação parental na vida das crianças são inúmeras e imensuráveis, como já mencionado. A criança não deve ser colocada como protagonista nos problemas entre seus genitores, pois ela carregará o resultado desse conflito ao longo de sua vida e não terá direito ao básico, uma vida plena e digna.

3 ALIENAÇÃO PARENTAL

A descrição da síndrome de alienação parental (SAP) foi apresentada pelo psiquiatra forense norte-americano Richard Gardner, descreveu como uma:

Perturbação da infância ou adolescência que surgiria no contexto de uma separação conjugal e cuja manifestação preliminar seria uma campanha feita por um dos pais junto à criança, para denegrir, rejeitar e odiar o outro (Gardner, 1985).

Ainda descreveu que foram averiguados três tipos de (SAP), correspondentes a estágios progressivos de afastamento entre a criança e o genitor alienado.

O autor fala que uma forma de reverter o quadro quando inicial, seria tirar a criança o mais rápido possível de perto do alienante para que a situação não se agrave. “Em casos de alegação de abuso sexual, a criança deveria ser colocada em acareação com o pai em audiência” (Gardner, 1985). Gardner ainda cita a importância de ter o (SAP) incluso como transtorno psiquiátrico na 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), já que distorções podem ser instaladas no consciente da criança ou adolescente, com falsas memórias criadas pelo alienante, já que na infância a distinção de realidade/ficção pode não ser muito clara.

Perez (2013) afirma: “A alienação parental é antiga, ela passou a receber mais atenção com as novas formações de laços familiares a qual gerou maior proximidade entre pais e filhos”. A alienação parental, como já mencionada, é uma forma que um dos genitores encontra para punir o outro. É um conjunto de comportamentos, ela é algo péssimo para a criança, já que influencia diretamente em seu comportamento, pensamentos e perspectivas, interferindo diretamente no presente e, posteriormente, no futuro, tanto da criança/vulnerável quanto do genitor acusado, na alienação há diversas consequências, algumas consequências da alienação parental incluem: Campanha de desqualificação do genitor, levando a criança ou

adolescente a enxergá-lo de forma distorcida, criando uma imagem negativa e perspectivas irreais sobre sua pessoa e seu relacionamento com ele, desqualificando-o como pai/mãe.

Dificuldades na autoridade familiar, com a alienação, o alienador dificulta a vida do acusado, impedindo-o de obter ou manter a guarda da criança por meio de acusações ou palavras que o difamam perante a criança. Isso resulta na falta de vontade da criança em vê-lo e, mesmo quando deseja, enfrenta dificuldades ou quase nenhuma oportunidade de conviver com ele. Ambos os pais têm o direito de conviver e desenvolver um vínculo afetivo com a criança. No entanto, na alienação parental, o genitor alienante dificulta o contato de ambos, disseminando mentiras para afastá-los e comprometendo a integridade moral do outro genitor perante a criança. Isso também cria obstáculos para o exercício regular da convivência. A guarda é estipulada, e o genitor possui datas e dias designados para visitação. No entanto, o alienador frequentemente apresenta desculpas ou imprevistos para evitar que essas visitas ocorram, dificultando cada vez mais o convívio e o vínculo afetivo.

Outra forma de alienação parental também pode se enquadrar nas omissões de informações, como negligência em questões de saúde, educação, cuidados médicos, mudanças, etc. Ambos os genitores precisam conviver e estar informados sobre todos os acontecimentos na vida da criança. Isso não ocorre quando há a alienação parental, já que o alienador dificulta de todas as formas esse convívio.

Para tentar amenizar essas consequências a legislação brasileira tenta evoluir com a sociedade e dar respaldo a essas novas diligências, com isso houve a criação da legislação própria sobre o tema, assim para que se tentasse amenizar os estragos, a lei da alienação parental (Lei nº 12.318, de 26/08/ 2010) e a lei da guarda compartilhada (Lei nº 13.058, de 22/12/ 2014) foram criadas.

A nova legislação foi criada com o intuito de que o direito da criança, disposto na Constituição, fosse amparado e confirmado, bem como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que dispõe que elas não devem sofrer negligências, discriminação, opressão, etc.

Para Perez (2013, p. 46), "a lei de alienação não trata do processo de AP necessariamente como patologia, mas como conduta que merece intervenção judicial, sem cristalizar única solução para o controvertido debate acerca de sua natureza".

A lei da alienação parental prevê que, havendo indício da prática de ato, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial, procedimento, entretanto,

largamente utilizado na prática judicial. Como já mencionado, a alienação parental pode estar em um estágio tão avançado que contribui para que a criança possua falsas memórias sobre os fatos, que são criadas a partir de informações expostas à criança, informações essas que não existem. A criança, por sua vez, acredita nelas fielmente como se fossem realidade.

3.1 FALSAS MEMÓRIAS

As falsas memórias são objeto de pesquisa desde 1932, quando Bartlett iniciou uma pesquisa com crianças e adultos sobre a criação de falsas memórias. Em sua pesquisa, ele lhes contou uma história e, com o passar dos dias, pediu que a recontassem. Com isso, ele percebeu que as histórias iam mudando de acordo com a vivência de cada indivíduo, sendo acrescentados detalhes que ele não lhes havia contado.

Outra pesquisa importante a ser destacada foi feita por Elizabeth Loftus (1974). Nesse estudo, foram apresentadas aos participantes histórias de trânsito, acidentes e como as placas haviam sido distribuídas. Após algum tempo, ao serem questionados, os participantes afirmam convictos de que as placas eram, por exemplo, X, e não Y, diferente da história real apresentada. Elizabeth Loftus demonstrou que as memórias humanas são mais suscetíveis à manipulação do que se pensava anteriormente. Sua pesquisa mostrou que a memória não é um processo objetivo e confiável, mas pode ser afetada e distorcida por uma série de fatores externos e internos.

Velly (2010, p. 8) define as falsas memórias como: “na Síndrome das Falsas Memórias, o evento não acontece realmente, mas a pessoa reage como se efetivamente tivesse acontecido, pois passa a ser realmente vivido como real e verdadeiro”.

As falsas memórias podem ocorrer diretamente ou indiretamente, sendo interligadas por crenças ou até mesmo podendo as falsas memórias serem confundidas com fatos que já ocorreram, mas que na memória dos indivíduos estão distorcidos em relação à realidade.

No viés familiar, essas distorções de memórias reais com as falsas memórias podem ocorrer, porque quando crescemos, quem nos conta fatos de nossa infância são pessoas em que temos confiança ou que são ligadas emocionalmente a nós. Ao serem passadas essas falsas memórias, por não lembrarmos ou por confiarmos na pessoa que está nos informando aquilo que ocorreu, nos leva a crer que são fatos verídicos. Nesse mesmo sentido, nota-se a

dificuldade em comprovar a alienação parental, uma vez que as provas são escassas e difíceis de serem verificadas.

3.2 PROVAS

O crime de estupro de vulnerável encontra-se como um dos delitos que possui maior quantidade de denúncias no Brasil, conforme as estatísticas apresentadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2023, em que apresentou nesse primeiro semestre, as delegacias registraram cerca de 34 mil casos de estupro, e desses, 74,5% foram registrados como estupro de vulnerável (CNN, 2023).

Encontra-se, portanto, a dificuldade que o órgão julgador tem para poder distinguir as duas situações, de veracidade ou não, do estupro, por meio do Poder Judiciário, devido à alta demanda de casos registrados anualmente.

Vale salientar que pesquisas já realizadas apontam que uma criança vítima de falsas alegações de abuso sexual pode apresentar os mesmos transtornos psicológicos de uma que sofreu violência sexual. Sendo ainda mais desafiador para o Poder Judiciário julgar de maneira correta e não acabar indiciando alguém inocentemente (Martins, Ferreira, 2021).

As falsas memórias têm bastante importância no âmbito do Processo Penal, no qual tem-se utilizado como prova em certos crimes a prova testemunhal, como no caso do crime de estupro de vulnerável, sendo o depoimento da vítima a única forma de prova.

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás entende o seguinte:

[...] A palavra da vítima reveste-se de fundamental importância nos crimes sexuais, desde que suas declarações mostrem-se consistentes, repetidas, seguras e harmoniosas com os demais elementos do conjunto probatório, o que não é a hipótese, de modo que a absolvição do acusado é medida que se impõe, com base no art. 386, VII, do CPP. Apelação provida. (TJGO, APELAÇÃO CRIMINAL 127257-08.2013.8.09.0137, Rel. DES. IVO FAVARO, 1ª CÂMARA CRIMINAL, julgado em 02/09/2014, DJe 1635 de 24/09/2014).

Além disso, vale ressaltar que o crime de estupro normalmente ocorre sem a presença de outro indivíduo, e na maioria das vezes é retratado como o estuprador sendo alguém de confiança ou até mesmo alguém que resida na mesma residência que a vítima, dificultando, portanto, a realização de provas testemunhais.

Dizem os juristas que é preciso atribuir valor de prova às versões das vítimas de estupro para evitar a absolvição em massa por falta de provas. Este fato é indiscutível. (...) Devido às dificuldades de comprovação da denúncia, a palavra da vítima é considerada pela jurisprudência nesse o assunto como um dos elementos mais importantes do processo, sendo, inclusive, considerada suficiente para sustentar a condenação do réu na falta de provas mais consistentes (Coulouris, 2010, p.25).

Claro que, além da palavra da vítima como valor probatório, incidem os laudos periciais de exames de conjunção carnal e de ato libidinoso. Ocorre que, os laudos periciais são em alguns casos constrangedores para a vítima, então a identificação psicologicamente seria o ideal, para que não seja necessário constranger a criança a passar por isso.

Em situações como essa, é essencial a contratação de psicólogos com grande experiência ou que tenham contato com casos semelhantes de alienação parental. Assim poderá ser identificado minuciosamente a denúncia e determinar se houve alguma influência externa nas lembranças da criança, ou não. Isso porque, na fase de desenvolvimento que estão atravessando, suas memórias estão sujeitas a 'alterações' por terceiros, o que pode acarretar em várias consequências.

3.3 CONSEQUÊNCIAS

A pesquisa desenvolvida foi necessária para a conscientização de que o crime de alienação parental não se trata de um problema familiar, mas sim de um problema da sociedade em geral, pois afeta muitas áreas. A denúncia caluniosa nos casos de estupro de vulnerável acarreta diversas consequências para todos os envolvidos, tanto no âmbito penal como civil, além de impactar outros aspectos que abordaremos posteriormente.

Antes das implicações jurídicas, é fundamental considerar as ramificações psicológicas que podem surgir, tanto na criança/adolescente quanto no genitor acusado. Estudos realizados comprovam que ambos podem desenvolver quadros de depressão, ansiedade, insegurança e até mesmo sentir-se rejeitados.

Os transtornos psicológicos enfrentados pela criança vão além da influência da alienação parental em sua vida. Uma das consequências dessa alienação é a criação de falsas memórias, levando a criança a acreditar firmemente que foi vítima de abuso sexual por parte do genitor. Isso prejudica sua capacidade de desfrutar de uma infância e adolescência plenas e amorosas, como seria seu direito. Simultaneamente, o genitor acusado perde a oportunidade de vivenciar

plenamente essa fase importante na vida de seu filho, uma vez que o tempo não pode ser recuperado. Para tentar reverter esse quadro, serão necessárias intensas sessões de terapia, sem garantia de sucesso.

Na esfera criminal, o alienador muitas vezes não percebe o quão prejudicial é a alienação, nem reconhece que está cometendo um crime. Caso tenha essa percepção, muitas vezes não antevê as consequências de suas ações em relação ao seu filho. No entanto, é importante destacar que, em caso de comprovação do ato, ele poderá ser punido de acordo com a Lei 8.069/1990, também conhecida como Lei da Alienação Parental. A Lei em questão também está amparada pelo ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe sobre o conselho tutelar e em como atender e orientar os envolvidos nessas situações.

Ainda no âmbito criminal, o alienado poderá incorrer em perder seu direito à liberdade, previsto no artigo 5º da Constituição Federal, como um dos direitos fundamentais do indivíduo, pela hipótese do mesmo ser preso com influência da alienação parental por um crime que não cometeu. Como na situação de denunciado pelo crime de estupro de vulnerável previsto no artigo 217-A do Código Penal, detém pena de base, oito a quinze anos de reclusão, e se transitada em julgado, possivelmente o denunciado responderá em regime fechado.

Na esfera civil, o alienador poderá sofrer sanções, multas e, caso comprovado, pode perder a guarda da criança. Seguindo o mesmo pensamento, vemos o poder público sendo acionado de forma mentirosa e negligente em casos de denúncia caluniosa, recursos que poderiam estar sendo direcionados para as reais vítimas de estupro.

No âmbito da Vara da Família, está disposto nos artigos 5º e “caput” do artigo 6º da Lei 12.318/2010, o interessado poderá ingressar com ação própria requerendo que seja relatado a alienação parental nos autos do processo principal, sendo relativa à guarda ou à convivência. (Bentini, 2022).

As consequências que abrangem a Vara da Família/ Infância e Juventude são diversas, um exemplo é o artigo 19 do ECA, onde dispõe: “Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)”. Sendo, portanto, com a influência da alienação parental na vida dos indivíduos, a criança não consiga crescer

em um ambiente saudável e ainda por conta da denúncia caluniosa do crime de estupro de vulnerável não tenha mais contato com o seu genitor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após serem contextualizados os crimes de denúncia caluniosa e estupro de vulnerável, e após a apresentação destes delitos com a influência da alienação parental, torna-se evidente o problema diante do tema e as diversas consequências que ele acarreta. No artigo, também são apresentadas as consequências que podem advir, as quais não afetam somente o alienado, mas também a criança que está neste âmbito familiar, onde ela pode desenvolver problemas psicológicos, como ansiedade e depressão, os quais poderão influenciar durante toda a sua vida, e também ao alienador que pode sofrer sanções.

Na esfera civil, suas consequências podem levar ao pagamento de multas ou até mesmo à perda da guarda da criança. Na vara da família, isso implica privar a criança de crescer num ambiente familiar saudável e na presença do seu genitor, salvo o que é estabelecido no artigo 9º do ECA. Além das consequências penais, o alienador que, por influência da alienação, está cometendo o delito de denúncia caluniosa previsto no artigo 339 do Código Penal. Também são analisadas as provas, onde existe uma certa dificuldade em provar no processo que realmente houve a influência da alienação parental e que se trata de falsas memórias adquiridas pela criança e não de um fato verídico.

No decorrer deste artigo, verificou-se que, mesmo quando a alienação parental não resulta em denúncia caluniosa, ela continua prejudicando a criança. Portanto, a importância de uma alteração legislativa no sentido de punir o alienador de forma mais rigorosa, em vez da abordagem preventiva atualmente adotada pela Lei. Além disso, há a necessidade de que o Poder Judiciário conte com profissionais mais qualificados para lidar com casos dessa natureza, uma vez que, em algumas regiões, não há o devido acolhimento e investigação dos problemas enfrentados por essas crianças. Da mesma forma, a guarda da criança deveria sofrer modificações. Embora a lei atual preveja essa possibilidade, a decisão de destituir o poder familiar do genitor alienador não é comumente aplicada.

Em casos de alienação, que envolvem o psicológico de todos os envolvidos, são necessárias a assistência e o acompanhamento próximo por profissionais qualificados,

supervisionados de perto pelo poder judiciário. Isso tem como objetivo tratar o problema que afeta algumas famílias e impede que as crianças alienadas tenham acesso a um ambiente familiar saudável, afetuoso e estável, bem como à convivência familiar, como dispõe o ECA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. **REsp 1.480.881-PI**, Relator: Ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, julgado em 26/8/2015, DJe 10/9/2015. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?aplicacao=informativo&acao=pesquisar&livre=@CNOT=%27015520%27> > Acesso em: 29 nov. 2023

BRASIL. **Lei nº 13.431/2017** de 4 de Abril de 2017. Dispõe sobre a proteção de violências sexuais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm > Acesso em: 29 nov. 2023

BRASIL. **Lei nº 12.015**, de 7 de Agosto de 2009. Código Penal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm#:~:text=Ter%20conj%C3%A7%C3%A3o%20carnal%20ou%20praticar,a%206%20\(seis\)%20anos.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm#:~:text=Ter%20conj%C3%A7%C3%A3o%20carnal%20ou%20praticar,a%206%20(seis)%20anos.) > Acesso em: 29 nov. 2023

BRASIL. **Lei nº 8.069/1990**, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm . > Acesso em: 29 nov. 2023

BRASIL. **Lei nº 14.110**, de 18 de Dezembro de 2020. EMENTA: Altera o art. 339 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14110.htm . > Acesso em: 29 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº12.318/2010**, de 26 de agosto de 2010. Lei de Alienação Parental. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.318%2C%20DE%2026%20DE%20AGOSTO%20DE%202010.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20aliena%C3%A7%C3%A3o%20parental,disp%C3%B5e%20sobre%20a%20aliena%C3%A7%C3%A3o%20parental. . > Acesso em: 29 nov. 2023

BARTLETT, F. C. (1997). **Remembering: A study in experimental and social psychology**. Cambridge, MA: Cambridge University Press. (Original publicado em 1932).

BENTINI, C.M. **Alienação Parental e a atuação profissional das Varas de Família**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2022.

CALÇADA, Andreia. **Falsas acusações de abuso sexual – Um olhar psicológico para avaliar e intervir**. In: SOUSA, Maria Quitéria Lustosa de (org.). Alienação parental e família contemporânea, volume 2: um estudo psicossocial. Recife: FBV, 2015.

CNN. **Fórum de Segurança Pública 2023**. Denúncias realizadas no Brasil. Disponíveis em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-registra-34-mil-casos-de-estupro-no-1o-semester-e-de-2023/> > Acesso em: 29 nov. 2023

COULOURIS, D. G. A desconfiança em relação à palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-20092010-155706/pt-br.php>

GARDNER, R. **Recent trends in divorce and custody**. *Academy Forum*, v. 29, n. 2, 1985. Disponível em: <http://www.fact.on.ca>.

PEREZ, E. L. **Breves comentários acerca da lei da alienação parental** (Lei 12.318/2010). In: DIAS, M. B. (Coord.) Incesto e alienação parental de acordo com a Lei 12.318/2010 (Lei de Alienação Parental). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

LOFTUS. E.F. (1997). Creating false memories. *Scientific American*, 70-75.

MARTINS. E.L.; FERREIRA. G.B.M.F. A repercussão das “falsas memórias” na apuração do delito de estupro de vulnerável no processo penal brasileiro. ISSN 2675-5025 - **Revista Recifaqui**, V. 1, N. 11, 2021

SILVA, Carmésia Virginia Mesquita e. **Ofensa sexual e pseudo-ofensa sexual: a falsa denúncia estratégia utilizada por pais alienadores nas famílias em processo de separação e divórcio**. In: SOUSA, Maria Quitéria Lustosa de (org.). Alienação parental e família contemporânea, volume 2: um estudo psicossocial. Recife: FBV, 2015.

VELLY, A. M. F. A Síndrome de Alienação Parental: uma visão jurídica e psicológica. In: **II Congresso de Direito de Família do Mercosul**. IBDFAM. Porto Alegre, 2010.